

MATERIAL DIDÁTICO



**ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO E APOIO PERMANENTE**

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E APOIO PERMANENTE

SUMÁRIO

1	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: A VERDADE DO AEE NA ESCOLA.....	3
2	O QUE É AEE E QUAIS SEUS OBJETIVOS?.....	5
3	A QUEM SE DESTINA O AEE?.....	6
4	OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ..	6
4.1	Ministério Público: o que fazer quando a escola pública ou particular não está preparada para alunos com necessidades educacionais especiais?	7
5	DESAFIOS DO AEE	9
6	QUEM ATUA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)?	11
7	IMPORTANTES ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE AEE	11
8	AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS DEVEM EXISTIR NO AEE	15
8.1	O que são os recursos de Tecnologia Assistiva?	16
9	A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	17
9.1	O óbvio: inclusão	17
9.2	Planos de ensino	18
9.3	Desenvolvimento social.....	18
10	O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	19
10.1	O que é a educação inclusiva?	20
11	PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR.....	20
11.1	Atendente pessoal	21
11.2	Acompanhante	22
12	AEE SUBSTITUI O ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO/NEURO PSICOPEDAGÓGICO?	23

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E APOIO PERMANENTE

13	O QUE É ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO E QUAL A SUA FINALIDADE?	24
14	O QUE É ACOMPANHAMENTO NEUROPSICOPEDAGÓGICO E QUAL SEU OBJETIVO?	24
15	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: A INCLUSÃO LEVADA A SÉRIO.....	26
15.1	Como o AEE é implementado nas escolas?	27
16	AEE POR CATEGORIAS E SUAS USABILIDADES	28
17	VOCÊ SABE QUAIS SÃO OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL?	31
17.1	O Plano Nacional de Educação e as adaptações curriculares.....	31
17.2	Projeto Político Pedagógico (PPP).....	33
18	A formação do professor na educação especial	34
19	O QUE É E O QUE FAZ UM PROFESSOR DE APOIO?	35
20	A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	36
20.1	A psicomotricidade relacional e suas implicações na educação inclusiva	37
21	PROFESSOR DE APOIO E O PROFESSOR REGENTE: UMA PARCERIA NECESSÁRIA.....	38
21.1	Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento	39
22	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
23	BIBLIOGRAFIA.....	45

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E APOIO PERMANENTE

1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: A VERDADE DO AEE NA ESCOLA

Muitos professores questionam a Educação Inclusiva por não entenderem realmente o papel do Atendimento Educacional Especializado. Infelizmente, ninguém contou para eles como deveria funcionar realmente o AEE: aspectos legais, quem atua, recursos e serviços oferecidos e quando é necessário recorrer ao Ministério Público para efetivar o atendimento ao aluno que mais precisa.



Fonte: novaescola.org.br

Todo professor da escola regular já deve ter se perguntado:

- Como vou dar conta de ensinar esse aluno se não tenho especialização nessa área?
- Colocar um aluno com deficiência na sala de aula sem um professor especializado é exclusão e não inclusão.
- Esse aluno não tem condições de acompanhar as aulas, ele precisa de uma ajuda especializada que eu não posso oferecer.

Os argumentos continuam. Todos de alguma forma falam a respeito da necessidade de uma atenção especializada para o aluno com deficiência.

Esses professores que pensam assim estão certos! Os alunos com necessidades especiais precisam de atendimento especializado.

O que muitos desconhecem é que não é o professor da escola comum que precisa ser especialista na deficiência do aluno. Todo aluno no Brasil, desde a educação infantil até a educação superior, tem direito ao Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2011). RODRIGES 2018.

Esse atendimento deve ocorrer no contra turno escolar e irá beneficiar tanto o aluno quanto o professor da sala de aula comum.

O professor da sala de aula comum também precisa do AEE

Um professor de uma sala de aula comum que possui um aluno com necessidades educacionais especiais tem o direito por lei a um Atendimento Educacional Especializado, pois o AEE precisa prover condições de acesso, participação e aprendizagem desse aluno no ensino regular (BRASIL, 2011, apud, Rodrigues Leandro, 2018).

O especialista do AEE faz a ponte entre o aluno e o professor da sala de aula comum, permitindo uma troca de experiência que contribua nesse processo educacional e em todo o contexto escolar, bem como a inserção na sociedade.

A lei diz que a oferta de educação especial (AEE) deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. Isso quer dizer que o ideal é que a escola comum tenha uma sala de recursos multifuncionais e uma equipe especialista para oferecer o atendimento educacional especializado dentro da escola. (BRASIL, 2011).

Segundo Mantoan (2003, p.23) “o ‘preferencialmente’ refere-se a ‘atendimento educacional especializado’, ou seja: o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência naturalmente têm para relacionar-se com o ambiente externo, como, por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do código braile, uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares”.

Como não é possível que todas as escolas do Brasil tenham uma sala de recursos para oferta do AEE, as escolas especiais e os centros especializados podem ficar responsáveis por realizar esse atendimento especializado.

De uma forma ou outra, o importante é que todo aluno que possua necessidades educacionais especiais tenham acesso ao AEE.

2 O QUE É AEE E QUAIS SEUS OBJETIVOS?

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial para atender aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais durante sua vida escolar.

Seu objetivo é eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

De acordo com o decreto presidencial 7611 de 17 de novembro de 2011, são objetivos do atendimento educacional especializado:

I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Em resumo, podemos definir os objetivos do Atendimento Educacional Especializado em 7 etapas:

1º- Identificar as necessidades de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades / superdotação.

2º- Elaborar plano de atuação de AEE propondo serviços de acessibilidade ao conhecimento.

3º- Produzir um material acessível para esse aluno

4º- Adquirir e identificar materiais de apoio como software, recursos e equipamentos tecnológicos, mobiliário, recursos ópticos, dicionários e outros

5º- Acompanhar o uso dos materiais na sala de aula do ensino regular.

6º- Orientar professores do ensino regular e famílias dos alunos a utilizar materiais e recursos;

7º- Promover a formação continuada para os professores do AEE e do ensino comum, bem como para a comunidade escolar geral.

Normalmente o Atendimento Educacional Especializado acontece no contra turno da escola comum que o aluno possui matrícula com o propósito de eliminar as barreiras para a plena participação de seu público-alvo.

3 A QUEM SE DESTINA O AEE?

Os alunos com deficiência física, intelectual, visual, auditiva, múltiplas, transtornos do espectro autista (TEA) e também alunos com altas habilidades / superdotação são público-alvo do Atendimento Educacional Especializado.

Vamos entender cada um desses aspectos de forma bem resumida.

Deficiência Física são complicações que levam à limitação da mobilidade e da coordenação geral, podendo também afetar a fala, em diferentes graus.

Deficiência Intelectual é a dificuldade de raciocínio e compreensão que leva a um quadro de inteligência e conjunto de habilidades gerais abaixo da média.

Deficiência Auditiva é a perda parcial ou total da audição.

Deficiência Visual é a perda parcial ou total da visão.

Deficiências Múltiplas são associações entre diferentes deficiências, com possibilidades bastante amplas de combinações. Ex: deficiência intelectual e física.

TEA – Transtorno do espectro autista é uma síndrome comportamental que afeta a capacidade de comunicação, socialização e de comportamento.

Altas habilidades ou Superdotação é caracterizada pelo desenvolvimento de uma habilidade significativamente superior à da média da população em alguma das áreas do conhecimento.

4 OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E APOIO PERMANENTE

educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011)



Fonte: <http://identico.com.br>

O desafio é enorme. O AEE tem muitas responsabilidades, como o ensino de Libras, Braille, de tecnologias assistivas e comunicação alternativa.

Na verdade, o maior desafio da Educação Inclusiva está no Atendimento Educacional Especializado.

Se todo aluno que possui necessidades educacionais especiais tiver acesso a um atendimento educacional especializado de sucesso irá inegavelmente progredir em seu aprendizado.

Claro que uma sala de aula saudável, inclusiva, com professores conscientes da sua responsabilidade com a diversidade e as diferenças irá colaborar com o aluno.

Mas é claro que isso nem sempre acontece. Infelizmente nem toda escola oferta o AEE como deveria.

4.1 Ministério Público: o que fazer quando a escola pública ou particular não está preparada para alunos com necessidades educacionais especiais?

A escola não pode/consegue ofertar o Atendimento Educacional Especializado?

Art. 4o [...] § 1o Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

A coisa é séria. É dever do estado ofertar para escolas todos os recursos que precisarem para atender a seus alunos.

No caso da escola pública sem oferta do AEE

Antes de culpar a direção da escola pública e seus professores, saiba que pode ser muito difícil equipar uma escola para a inclusão. O professor solicita recursos para a direção da escola, que por sua vez solicita para a secretaria municipal de educação.

E se a secretaria de educação do meu município diz que não tem como atender?

Faça uma denúncia ao ministério público. Parece um pouco assustador, mas esse é o procedimento padrão hoje, infelizmente. Se seu município não dá ao seu aluno o que é dele por direito, então denuncie ao ministério público.

No caso da escola particular sem oferta do AEE

E se a escola for particular? O mesmo se aplica a escola particular.

Sempre que o AEE for requerido pelos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação, as escolas deverão disponibilizá-lo, não cabendo o repasse dos custos decorrentes desse atendimento às famílias dos alunos.

As instituições de ensino privadas deverão efetivar a matrícula no ensino regular de todos os estudantes, independentemente da condição de deficiência física, sensorial ou intelectual, bem como ofertar o atendimento educacional especializado, promovendo a sua inclusão escolar. RODRIGUES 2018.

Isso quer dizer que as escolas particulares de qualquer nível, etapa ou modalidade, devem arcar com as despesas da oferta do AEE e demais recursos e serviços de apoio da educação especial, caso contrário será considerado descaso

deliberado aos direitos dos alunos o não atendimento às suas necessidades educacionais específicas.

O não cumprimento da legislação deve ser encaminhado ao Ministério Público, bem como ao Conselho de Educação o qual, como órgão responsável pela autorização de funcionamento dessas escolas, deverá instruir processo de reorientação ou descredenciá-las.

Ofertar o AEE é um desafio tanto para escolas públicas quanto particulares.

5 DESAFIOS DO AEE

Exemplos comuns dos desafios diários entre a escola e o AEE.

Exemplo 1 – O aluno surdo que está sendo alfabetizado

É direito do aluno surdo estar matriculado em uma escola comum próxima de sua residência.

Esse aluno está assistindo aulas para ser alfabetizado em língua portuguesa na sala de aula comum, por uma professora com licenciatura em pedagogia, sem especialização específica, sem conhecimento de Libras.

Se esse aluno souber Libras, na sala de aula comum deverá ter um intérprete de Libras para que o aluno e seu professor possam se comunicar.

Caso o aluno ainda não saiba Libras, deverá aprender com um instrutor de Libras preferencialmente na própria escola comum, ou em um centro especializado.

É papel do AEE ensinar Libras ao aluno e oferecer um intérprete de Libras para a sala de aula comum. Sem o AEE fica impossível que o aluno surdo tenha acesso pleno ao currículo da sua aula de língua portuguesa.

Exemplo 2 – O aluno cego e as aulas de matemática

É direito do aluno cego estar matriculado em uma escola comum próxima de sua residência.

Esse aluno sabe Braille, acabou de ingressar na escola e irá assistir uma aula de matemática.

O professor de matemática sabe que precisa de um material pedagógico especial em Braille para que seu aluno cego possa acompanhar suas aulas. Como não é possível conseguir esse material em sua escola, o professor entra em contato com o Atendimento Educacional Especializado apresentando seu plano de aula e solicita ajuda para adaptar seu material de aula para Braille, de forma que o aluno cego consiga ter acesso.

É papel do AEE o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos em Braille, para eliminar as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

Exemplo 3 – O aluno que não presta atenção às aulas

Uma professora de educação infantil de uma turma de Pré II sabe que um de seus alunos é diferente dos demais. Esse aluno de 6 anos de idade não faz contato visual, se irrita facilmente, se comunica com dificuldade e fica mais tempo de pé do que sentado na sala.

Ciente de que seu aluno precisa de uma ajuda profissional, a professora em harmonia com a coordenação pedagógica e a direção da escola encaminham o aluno para a psicóloga com um relatório do dia a dia em sala de aula.

A psicóloga percebe os indícios de autismo, mas não quer fechar um diagnóstico.

É importante nesse momento orientar aos pais do aluno a fecharem um diagnóstico o mais rápido possível para que seu filho tenha acesso a um atendimento educacional especializado.

Deve ser enfatizado que com esse atendimento o aluno poderá se desenvolver mais rapidamente e ter melhor aproveitamento nas aulas. Pode ser sugerido pelos especialistas uma terapia ABA, por exemplo, para ensinar ao aluno a olhar para a professora, ficar sentado e se comunicar verbalmente quando algo o estiver incomodando.

Sem um atendimento especializado esse aluno ficará excluído em sala de aula, comprometendo a continuidade de seus estudos nos próximos níveis.

É direito do aluno autista estar matriculado em uma escola comum próxima de sua casa.

Nesses 3 exemplos fictícios quis enfatizar a importância da parceria entre o professor da escola comum e o especialista do AEE.

6 QUEM ATUA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)?

O professor do AEE acompanha e avalia a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola, considerando os desafios que estes vivenciam no ensino comum, os objetivos do ensino e as atividades propostas no currículo, de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua aprendizagem. Este atendimento prevê a criação de redes Inter setoriais de apoio à inclusão escolar, envolvendo a participação da família, das áreas da educação, saúde, assistência social, dentre outras, para a formação dos profissionais da escola, o acesso a serviços e recursos específicos, bem como para a inserção profissional dos estudantes.

Para atuar no Atendimento Educacional Especializado o professor deve ter uma formação especializada.

Essa formação se dá mediante o previsto pela Resolução CNE /CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, no artigo 18, § 1º, que expressa que:

1º São considerados professores capacitados [...] aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, que foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequado ao desenvolvimento de competências e valores para [...] perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar e educação inclusiva.

[...]

3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar formação em cursos de licenciatura em Educação Especial ou em uma área específica. [...] ou complementação de estudos de pós-graduação em área específica da educação especial. (BRASIL, 2001, apud, Rodrigues Leandro, 2018).

7 IMPORTANTES ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE AEE

Parece que o professor do AEE tem uma lista interminável de atribuições e funções. Esse versátil profissional tem muitos desafios e compromissos, além de uma grande responsabilidade. Dê uma olhada em algumas importantes atribuições:

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E APOIO PERMANENTE



Fonte: www.instahu.com

1- O professor especialista do AEE deve identificar as NEE; definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização; realizar a adaptação curricular, bem como os procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas; e trabalhar em equipe.

2- Reservar um dia da semana para planejamentos e estudos coletivos, envolvendo Coordenador Pedagógico, Professor Regente, Profissional de Apoio à Inclusão, Intérpretes de Libras, Instrutor de Braille/Libras.

3- Promover encontros mensais com os pais e/ou responsáveis pelos estudantes para socialização acerca de seu desenvolvimento e aprendizagem.

4- Organizar no AEE os recursos pedagógicos e de acessibilidade para os estudantes público-alvo da educação especial.

5- Reservar um dia da semana para planejamentos e estudos coletivos, envolvendo Coordenador Pedagógico, Professor Regente, Profissional de Apoio à Inclusão, Intérpretes de Libras, Instrutor de Braille/Libras.

6- Registrar a frequência, diariamente, num diário escolar oficial.

7- Elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual a ser executado e registrar o desenvolvimento e dificuldades dos estudantes atendidos.

8- Atender aos estudantes, duas vezes por semana, perfazendo um total mínimo de duas horas aulas semanais (conforme o planejamento da escola).

9- Participar da elaboração do regimento interno da unidade educacional, bem como do Projeto Político-Pedagógico.

10- Reconhecer as necessidades de recursos pedagógicos e de Tecnologia Assistiva que melhor atendem o estudante na escola comum.

É claro que cada aluno é único e não existe receita pronta para atender a todos de forma genérica. Um exemplo disso é a nota técnica do MEC que define algumas orientações para o AEE com alunos autistas.

Atendimento Educacional Especializado para pessoas com autismo

Segundo a Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, do Ministério da Educação, o Atendimento Educacional Especializado para alunos com autismo possui algumas orientações que devem implementar a Lei nº 12.764/2012, que trata dos direitos das pessoas com TEA.

A formação dos profissionais da educação possibilitará a construção de conhecimento para práticas educacionais que propiciem o desenvolvimento sócio cognitivo dos estudantes com transtorno do espectro autista. Nessa perspectiva, a formação inicial e continuada deve subsidiar os profissionais, visando à/ao:

- Superação do foco de trabalho nas estereotipias e reações negativas do estudante no contexto escolar, para possibilitar a construção de processos de significação da experiência escolar;
- Mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências, por meio da antecipação da organização das atividades de recreação, alimentação e outras, inerentes ao cotidiano escolar;

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E APOIO PERMANENTE

- Organização de todas as atividades escolares de forma compartilhada com os demais estudantes, evitando o estabelecimento de rituais inadequados, tais como: horário reduzido, alimentação em horário diferenciado, aula em espaços separados;
- Reconhecimento da escola como um espaço de aprendizagem que proporciona a conquista da autonomia e estimula o desenvolvimento das relações sociais e de novas competências, mediante as situações desafiadoras;
- Adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido; Interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo;
- Intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais;
- Identificação das competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante, vislumbrando estratégias visuais de comunicação, no âmbito da educação escolar, que favoreçam seu uso funcional no cotidiano escolar e demais ambientes sociais;
- Interlocução com a área clínica quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento;
- Flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional, social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares;
- Acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico da escola, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem a alfabetização, a resolução das tarefas e as relações interpessoais, ao longo da escolarização;

- Aquisição de conhecimentos teóricos-metodológicos da área da Tecnologia Assistiva, voltada à Comunicação Alternativa/Aumentativa para estes sujeitos.
- Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação.

8 AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS DEVEM EXISTIR NO AEE

Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis.

Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis.
(RADABAUGH, 1993, apud, Rodrigues Leandro, 2018).

O profissional do AEE deve conhecer os fundamentos da Tecnologia Assistiva e da Comunicação Alternativa para melhor exercer seu papel. Abrir mão desses recursos é um verdadeiro desperdício. Temos hoje muitos programas, aparelhos, metodologias, produtos... enfim, um mundo de recursos e serviços que cresce a cada dia beneficiando a todos.

Infelizmente a graduação de pedagogia carece de disciplinas relacionadas à tecnologia na educação, principalmente as relacionadas à tecnologia assistiva. Existe um abismo separando os pedagogos dos recentes avanços tecnológicos que podem beneficiar suas aulas e seus alunos.

Bom, mas vamos antes de tudo definir Tecnologia Assistiva. Segundo o conceito proposto pelo Comitê de Ajudas Técnicas, da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (GALVÃO FILHO et al., 2009, p. 26, apud, Rodrigues Leandro, 2018).

8.1 O que são os recursos de Tecnologia Assistiva?

São considerados recursos de Tecnologia Assistiva, portanto, desde artefatos simples, como uma colher adaptada, uma bengala ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados sistemas computadorizados, utilizados com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia à pessoa com deficiência (GALVÃO FILHO, 2009b, apud, Rodrigues Leandro, 2018).



Fonte: www.blogin.com.br

Tecnologia Assistiva pode ser utilizada na Sala de Recursos Multifuncionais, na sala de aula comum, em casa, no trabalho, no carro e em qualquer lugar que seja necessário.

É interessante deixar claro que o aluno com deficiência PODE SIM levar tecnologia assistiva para a sala de aula comum.

9 A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O atendimento educacional especializado pode ser definido como a instrução especialmente projetada para atender às necessidades específicas de uma criança com deficiência.

Na sociedade atual, há uma discussão sobre a validade e a utilidade geral das escolas com programas de educação especial, a fim de atender às necessidades daqueles mencionados acima.

Esse argumento se fortalece com a crescente tendência e importância dos programas de inclusão nas escolas para garantir que nenhum aluno seja discriminado. Embora a ideia de inclusão seja nobre, muitos a consideram algo utópico; o ideal ainda impossível de alcançar.

O fato é que os programas de educação especial ainda são necessários, especialmente se queremos uma sala de aula em que todos sejam tratados igualmente. Vejamos algumas das melhores razões pelas quais os programas de educação especial são importantes.

9.1 O óbvio: inclusão

Existe uma opinião geral de que a educação especial e a aprendizagem isolada andam de mãos dadas. Isso pode ter sido aplicado no passado, mas com medidas sendo tomadas para garantir a inclusão, isso não é mais a verdade. Os programas de inclusão precisam de um professor especial para facilitar a transição para a sala de aula regular.

As crianças com dificuldades de aprendizagem requerem atenção especial e os professores de educação especial estão bem equipados e educados para atender a essas necessidades. Isso não significa que eles trabalhem sozinhos e deixem o professor regular fora do ciclo. Pelo contrário, o ensino colaborativo é um dos pilares da educação especial moderna.

Educadores especiais e aqueles na sala de aula regular estão constantemente trabalhando juntos para garantir que os alunos com deficiência e sem eles possam coexistir e trabalhar juntos em um ambiente seguro e saudável, livre de discriminação e intimidação (que infelizmente é

uma das coisas que acontece mais em uma sala de aula com inclusão).
RODRIGUES, 2018.

Aqueles que não estão envolvidos no processo de educação especial encontram-se frequentemente com dificuldade em alcançar uma criança com diferentes estilos de aprendizagem e/ou distúrbios. Os educadores tradicionais geralmente têm um conjunto limitado de estratégias para aplicar na sala de aula e, às vezes, não estão bem preparados para lidar com alunos “diferentes”.

O co-ensino ajuda esses professores a aprender como ter diferentes atividades que se adequam a diferentes alunos e, assim, garantir que a inteligência dominante de cada criança seja levada em conta.

9.2 Planos de ensino

As estratégias de ensino não são a única coisa com que os professores precisam se preocupar. Disciplina é uma das maiores preocupações para os professores também. Os programas de educação especial ensinam as crianças com distúrbios de aprendizagem a se comportar e a lidar com suas vidas diárias, não apenas na escola.

Além disso, esse programa pode treinar os professores tradicionais a entenderem que uma criança que age de forma diferente nem sempre tem apenas um mau comportamento. Muitas vezes, o comportamento de uma criança está ligado a um certo distúrbio de aprendizagem.

Os professores de todas as especialidades podem aprender através de programas de educação especial como detectar e lidar com diferentes dificuldades de aprendizagem na sala de aula e, como resultado, aumentar a disciplina geral.

9.3 Desenvolvimento social

Programas de educação especial são obrigatórios em qualquer instituição acadêmica. A inclusão é tão boa quanto as ferramentas à sua disposição para tornar a sala de aula mais equilibrada. Sem programas de educação especial, os métodos tradicionais de ensino seriam perdidos e eles teriam que fazer um esforço maior para

tentar alcançar seus encargos. Esses programas precisam ser considerados dentro do orçamento de todos os distritos escolares. Infelizmente, isso nem sempre é o caso.

Muitos distritos e formuladores de políticas veem a educação especial como um complemento à educação tradicional. Eles precisam começar a considerá-lo como algo necessário para ajudar todos os alunos a terem sucesso na vida. Sem programas de educação especial, as crianças com distúrbios de aprendizagem terão menos chances de sucesso e de fazer algo por si mesmas; os pais não podem lidar com os distúrbios de aprendizagem por conta própria.

O atendimento educacional especializado é a ferramenta perfeita para maximizar o potencial das crianças com deficiências, bem como ensiná-los a se adaptar e a se comportar em uma sala de aula normal. Alunos com distúrbios de aprendizagem não são os únicos beneficiados por programas especiais. Os professores tradicionais também podem crescer como profissionais graças a eles.

Já é hora de pararmos de debater sobre a relevância dos programas de educação especial e começarmos a discutir como eles podem tornar a sala de aula mais integrada e, ao mesmo tempo, dar às crianças com necessidades especiais um espaço adicional para aprender e avançar em seu próprio ritmo.

A educação especial é importante se quisermos alcançar a inclusão.

10 O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Estatuto da Pessoa com Deficiência garante o direito à igualdade e à liberdade, visando a inclusão social e assegurando a cidadania de todas as pessoas com deficiência — seja ela física, mental, sensorial ou intelectual. Por isso, é fundamental entender o papel do profissional de apoio na educação inclusiva.

As escolas devem garantir condições de acesso, participação, permanência e aprendizagem de todos os alunos. Além disso, o projeto pedagógico deve institucionalizar o atendimento educacional especializado. Isso permite a participação das crianças com deficiência nas diversas atividades promovidas pela escola.

10.1 O que é a educação inclusiva?

A educação inclusiva tem como objetivo assegurar que todos tenham o direito à educação. Ela valoriza as diferenças humanas e pressupõe a igualdade de oportunidades a todos os alunos. Dessa forma, provoca a transformação da cultura, das políticas e das práticas vigentes na escola, garantindo a participação e a aprendizagem de todos.

A pessoa com deficiência apresenta um impedimento de longo prazo que pode atrapalhar sua participação efetiva e plena na sociedade e impossibilitar sua vivência em igualdade de condições com os demais alunos.

Como exemplo, podemos citar qualquer obstáculo, entrave, comportamento ou atitude que impeça ou limite sua participação social, bem como o exercício de seus direitos à liberdade, acessibilidade e expressão.

A inclusão escolar é um dos pilares mais importantes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que respeita e acolhe a diversidade e que ajuda a superar os preconceitos ainda existentes. Assim, é possível construir uma comunidade segura, livre, plural e solidária.

A escola pode transformar-se em um agente para mobilizar esforços e debater a inclusão por meio de experiências, referências e ações que podem ser de curto, médio ou longo prazo — desde que seja sempre acessível a toda comunidade escolar.

11 PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Esse profissional tem conexão direta com o trabalho escolar. De acordo com a lei, ficou definido que essa pessoa deve auxiliar o aluno nos momentos de higiene, alimentação e locomoção.

Além disso, ele deve atuar em todas as tarefas escolares que forem necessárias e em todas as modalidades e níveis de ensino, tanto na escola pública quanto na particular. Realizar técnicas ou procedimentos típicos de profissões legais não se enquadram.

Essa contratação é um dever da instituição de ensino. Por isso, é proibido cobrar da família qualquer mensalidade ou anuidade referente à educação infantil

inclusiva e ao atendimento educacional especializado, inclusive para a disponibilização de profissionais de apoio.

O profissional de apoio escolar não é um monitor ou um auxiliar do professor, portanto, sua função principal é facilitar a acessibilidade do aluno com deficiência. Cada profissional deve atender, no máximo, três crianças, de forma a facilitar a inserção delas na sala de aula da melhor maneira possível.

Como está estabelecido no inciso XIII do Art. 3º da Lei nº 13.146/2015, não há exigências técnicas referentes à formação. Apesar disso, a pessoa que vai exercer esse cargo precisa ter a sensibilidade mais aprimorada, porque é importante apresentar empatia e certa capacidade de convencimento.

11.1 Atendente pessoal

Existem outros agentes que podem atuar diretamente com os alunos da escola. Entre eles, estão o atendente pessoal e o acompanhante. Neste tópico, explicamos o trabalho do atendente pessoal como um auxiliar no processo de inclusão das crianças com deficiência, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão.

Os alunos podem ter um atendente pessoal — seja ele um membro da família ou não — que, independentemente da disponibilidade do profissional de apoio escolar, estará à disposição das crianças.

Essa pessoa pode, ou não, receber remuneração e a sua função é assistir e prestar os cuidados básicos e essenciais às crianças com deficiência nas suas atividades diárias.

Da mesma forma que o profissional de apoio escolar, esse cargo exclui todas as técnicas e procedimentos que são identificados como próprios de profissões legalmente estabelecidas.

É importante saber que a presença do atendente pessoal não exclui o dever da escola de disponibilizar o profissional de apoio escolar. Nessa situação, ele pode atuar eventualmente e conforme a necessidade do momento. Por exemplo, na substituição do atendente pessoal quando ele falta.

11.2 Acompanhante

O acompanhante, por sua vez, pode acompanhar os alunos com deficiência e pode, ou não, exercer as mesmas funções que o atendente pessoal. Entretanto, fica a critério da escola restringir, ou não, a presença do atendente pessoal ou do acompanhante durante as atividades escolares.



Fonte: www.revistaeducacao.com.br

A melhor forma de analisar essa questão é definir a melhor conveniência para o aluno. É de responsabilidade da equipe pedagógica identificar esse ponto. Caso seja necessário, é possível contar com a ajuda de profissionais especializados.

Outro ponto importante que devemos destacar é que tanto o atendente pessoal quanto o acompanhante são compromissos das famílias. Dessa forma, pais e responsáveis têm a responsabilidade de realizar a contratação e o pagamento (se necessário) desses profissionais, além de definir todos os acordos com a escola.

A escola também pode disponibilizar outros agentes para o atendimento dos alunos com necessidades especiais. Entre eles, estão:

- monitores, para auxiliar os professores na sala de aula;
- acompanhantes para autistas, que devem ser pessoas especializadas;
- tradutores e intérpretes de Libras; e

- guias intérpretes, que medeiam a comunicação alternativa para alunos surdo cegos.

O papel do profissional de apoio na educação inclusiva contribui com a superação de barreiras por parte do aluno. Além disso, deve ajudá-los nas suas atividades básicas do dia a dia escolar, fornecendo uma grande possibilidade para o desenvolvimento de todas as suas competências. Assim, as crianças com deficiência poderão aproveitar de forma mais efetiva todo o seu potencial de atuação.

12 AEE SUBSTITUI O ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO/NEURO PSICOPEDAGÓGICO?

Cada atendimento tem a sua finalidade, por isso é necessário compreender como cada um funciona e para que tipo de questões são indicados, antes de pensar em substituir um pelo outro.

O AEE e o Acompanhamento Psicopedagógico/Neuropsicopedagógico atualmente vêm ganhando cada vez mais espaço. Alguns pais têm buscado formas de ajudar seus filhos a desenvolverem habilidades voltadas para o processo de aprendizagem. Dessa forma, os mesmos têm percebido a importância desses tipos de atendimento. Saiba mais sobre cada um deles.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) funciona como um recurso de vital importância para a Inclusão Escolar de pessoas com deficiência. São muitas as possibilidades de abordagem para a estruturação do AEE e, geralmente, cada escola desenvolve uma proposta de trabalho diferente. No entanto, é preciso que haja um projeto político que atenda às diferentes peculiaridades dos alunos.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) funciona no contraturno escolar ou em instituições especializadas como consultórios/espços psicopedagógicos e clínicas.

O objetivo do AEE é complementar ou suplementar a formação do estudante por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

O AEE surgiu com a criação da Constituição Brasileira em 1988, onde as pessoas com deficiência tiveram seus direitos assegurados e a partir de então

o aluno com deficiência teve direito ao Atendimento Educacional Especializado. OLIVEIRA D. 2018.

13 O QUE É ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO E QUAL A SUA FINALIDADE?

O Acompanhamento Psicopedagógico busca verificar dentre outras coisas como os pais e professores estão trabalhando as dificuldades e os problemas que encontram, auxiliando-os a superar essas dificuldades, planejando, orientando e executando uma melhor compreensão das queixas e melhorando a aprendizagem.

Identificar problemas, como dificuldades, distúrbios ou transtornos, bem como aplicar métodos para que uma pessoa tenha um melhor desempenho, desenvolvendo ações de prevenção ou de correção desses problemas.

As causas dessas dificuldades podem ser de natureza emocional, mental, social ou física. O psicopedagogo dará, então, o diagnóstico e promoverá ações de tratamento.

A psicopedagogia é uma área que busca compreender as dificuldades de aprendizagem. A raiz de toda a dificuldade que as crianças passam na aprendizagem é a falta de compreensão, amor, diálogo e métodos inadequados da escola e família para trabalhar com os filhos, por esses e outros fatores os mesmos não obtêm os resultados desejados.

14 O QUE É ACOMPANHAMENTO NEUROPSICOPEDAGÓGICO E QUAL SEU OBJETIVO?

O Acompanhamento Neuropsicopedagógico tem por objetivo identificar as dificuldades que estão prejudicando o aprendizado fluido, sem entraves, oferecendo ferramentas de auto- superação cognitiva, intelectual e emocional, contribuindo com a crescente autoconfiança e motivação para o aprendizado.

Dessa maneira, o Neuropsicopedagogo intermedia, ajuda, auxilia no despertar da motivação da criança ou adolescente para o estudo, através de estímulos e metodologias apropriados e personalizados para cada indivíduo,

respeitando seus modos e canais de aprendizagem e colaborando com a crescente autonomia cognitiva do neuroaprendiz.

O Neuropsicopedagogo trabalha no cerne cognitivo: No desejo e na “vontade de aprender” melhorando e ampliando habilidades e talentos latentes.

O exercício do pensar, refletir, atentar, memorizar, associar ideias, despertar a curiosidade, a criatividade e a inventividade, são focos permanentes do trabalho de um Neuropsicopedagogo.

Mas, a pergunta é: “O AEE substitui o Acompanhamento Psicopedagógico e (ou) Neuropsicopedagógico?”

A resposta é NÃO, o AEE é como sabemos um complemento, que gera ótimos resultados quando feitos de acordo com o que se orienta na proposta. Contudo, não é indicado fazer trocas ou melhor, “substituições”, um atendimento não invalida o outro. Não se pode tirar alguém que apresenta problemas de aprendizagem e que já está fazendo o acompanhamento com um profissional especialista (Psicopedagogo/Neuropsicopedagogo) nas questões de aprendizagem e colocar no AEE do município.

Você até pode levar o indivíduo em questão para o AEE, no entanto, não deve deixar para trás o acompanhamento com o psicopedagogo e (ou) neuropsicopedagogo, assim como se o mesmo estiver tendo acompanhamento com psicólogo e (ou) outros profissionais. A depender do problema deve-se manter os atendimentos. OLIVEIRA 2018

Diversos estudos e pesquisas mostram claramente a eficiência e a importância desses tipos de acompanhamentos. Tais acompanhamentos, junto aos pacientes/aprendentes, professores e familiares, servem para a compreensão e constatação das dificuldades encontradas de modo que os mesmos desenvolvam propostas significativas para lidar com tais situações. Quando a família não se interessa pelo processo de aprendizagem e tem dificuldade na busca da melhor maneira para lidar com o não aprender de seu filho, dificulta o diagnóstico e aumenta o problema.

Cada proposta tem a sua finalidade, e para cada uma existe um tempo. O tempo passa rápido e com isso os problemas de aprendizagem não diminuem, só

aumentam, caso não haja os devidos acompanhamentos. Existem casos que o AEE apenas pode suprir, já em outros casos não.



Fonte: psiqueasy.com.br

15 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: A INCLUSÃO LEVADA A SÉRIO

Direitos das pessoas com deficiência

No Brasil e no mundo todo, as pessoas com deficiência já conquistaram muitos direitos essenciais que tornam sua vida e seu desenvolvimento melhores. Por aqui, a legislação garante que muitos termos sejam cumpridos, sobretudo quando se trata da educação desse grupo, independente de sua condição.

Com os recursos necessários, pessoas com deficiência intelectual, física, superdotação, entre outros casos, podem aprender muito e viver com autonomia, realizando as mesmas tarefas que os outros indivíduos: estudar, trabalhar, namorar, se divertir, entre outras. Para isso, é necessário saber que, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, todos têm direito a:

- **Educação:** toda criança com deficiência deve frequentar uma escola regular que seja mais próxima de sua casa, participando tanto da sala de aula convencional quanto do atendimento educacional especializado – abordagem

principal de nosso artigo. A matrícula nunca deve ser negada e a instituição (bem como seus funcionários) precisa sempre estar preparada para atendê-la.

- **Assistência social:** cabe à assistência social acompanhar sempre a família da pessoa com deficiência, sobretudo aquelas mais pobres e vulneráveis, para verificar se o indivíduo conta com os benefícios propostos pela legislação, no caso, a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social.
- **Saúde:** Tanto o Sistema Único de Saúde (SUS) quanto suas ramificações devem oferecer um atendimento eficiente para quem está nesse grupo, já que em muitos casos, é necessário o trabalho frequente de uma equipe especializada, com médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros profissionais.
- **Trabalho:** O Ministério do Trabalho, entidades e diversas vertentes de inclusão sempre realizam campanhas para que mais pessoas com deficiência sejam contratadas pelas empresas. Mesmo com adaptações necessárias em alguns casos, todos necessitam de uma ocupação e podem exercer uma função tranquilamente, com total produtividade.
- **Transporte:** Assim como os idosos, pessoas com deficiência têm direito à gratuidade no transporte público (ônibus, trem, metrô), assim como seu acompanhante. Além disso, aqueles que são comprovadamente carentes ainda recebem um passe livre do governo federal para utilização de transportes interestaduais semiurbanos, nesse caso, sem isenção para o acompanhante.

15.1 Como o AEE é implementado nas escolas?

O atendimento educacional especializado, no contexto da inclusão escolar, deve ser implementado de acordo com a necessidade da instituição em atender as pessoas com deficiência. Atualmente, muitas cidades contam até com escolas municipais específicas para esse grupo.

A adaptação, no caso, deve considerar sempre os recursos da tecnologia assistiva, uma área que antes era conhecida como "ajudas técnicas". Trata-se de uma área do conhecimento que engloba estratégias, produtos, recursos, metodologias, práticas e serviços com o objetivo de promover tanto a inclusão escolar e social quanto a autonomia e a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

A tecnologia assistiva é pertinente a inúmeros campos, da tecnologia em si até à saúde e engenharia. São várias áreas trabalhando juntas para criar e implementar métodos primordiais para uma verdadeira inclusão, seja na escola ou em qualquer outro local. No âmbito escolar, a SRMF deve ser toda equipada com esses recursos, visando a participação integral do aluno e com foco em seu desenvolvimento.

Quando mais cedo uma criança é exposta a esses materiais, as chances de aprender e ir além de suas limitações aumentam. Um indivíduo com deficiência intelectual em nível severo que tem dificuldades na interação, por exemplo, pode ser estimulado a se comunicar com os pais e educadores usando os sinais e procedimentos da comunicação alternativa, um avanço essencial.

"o trabalho na sala se destina a avaliar a melhor alternativa de tecnologia assistiva, produzir material para o aluno e encaminhar estes recursos e materiais produzidos, para que eles sirvam ao aluno na escola comum, junto com a família e nos demais espaços que frequenta". OLIVEIRA 2018.

Nesse contexto, a escola por meio de seus gestores e educadores deve identificar as necessidades do indivíduo, assim como suas habilidades, para montar um plano de escolarização e estratégias direcionadas a seu aprendizado. Assim, eles o auxiliarão a "promover ou ampliar suas possibilidades de participação e atuação nas atividades, nas relações, na comunicação e nos espaços da escola".

O atendimento educacional especializado mostra muitos casos de sucesso.

16 AEE POR CATEGORIAS E SUAS USABILIDADES

O MEC conta com cartilhas relativas ao AEE por categorias, ou seja, cada material é específico para um tipo de deficiência e como deve ser a usabilidade dos recursos no cotidiano. Como cada caso é único e necessita de práticas direcionadas, é importante aos profissionais e interessados entenderem seus principais parâmetros.

Deficientes auditivos

O AEE para deficientes auditivos se concentra atualmente na tendência da abordagem educacional por meio do bilinguismo, ou seja, "visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social,

quais sejam: a Língua de Sinais e a língua da comunidade ouvinte – no caso, a língua portuguesa".

Sendo assim, de acordo com o MEC, o planejamento do AEE é elaborado e desenvolvido conjuntamente pelos professores que ministram aulas em Libras, professor de classe comum e professor de Língua Portuguesa para pessoas com surdez. Nesse aspecto, um conteúdo é complementar ao outro, para que assim o indivíduo aprenda de modo integral e sem problemas.

Cegos e pessoas com baixa visão

Já para os deficientes visuais, considera-se o código Braille como principal ferramenta de inclusão escolar, além de ferramentas que estimulam os outros sentidos, como o auditivo, para o reconhecimento, distinção e orientação por meio dos sons, por exemplo. "Para que o aprendizado seja completo e significativo é importante possibilitar a coleta de informação por meio dos sentidos remanescentes. A audição, o tato, o paladar e o olfato são importantes canais ou porta de entrada de dados e informações que serão levados ao cérebro", revela a cartilha do MEC.

Além disso, sobretudo em casos de baixa visão, são necessários recursos ópticos, como lupas, telescópios e óculos especiais; e recursos não ópticos, como acessórios especiais – suportes para livros, canetas com ponta porosa, gravadores, guias de leitura, acetato amarelo, entre outros. Por fim, a tecnologia também exerce um papel interessante, assim como métodos didáticos simples, porém efetivos.

Deficientes físicos

Quando se trata de deficiência física, há casos e casos. Sendo assim, o atendimento educacional especializado depende do tipo e grau de comprometimento, o que requer um estudo das necessidades específicas de cada pessoa.

Para a inclusão escolar dos deficientes físicos, a instituição deve considerar as condições adequadas a sua locomoção, segurança e conforto, com o AEE capaz de melhorar sua mobilidade e comunicação. Nesse caso, a tecnologia assistiva é totalmente abrangente, tanto com materiais adaptados quanto com recursos pedagógicos e didáticos especiais.

Deficientes Mentais

Para a deficiência mental/intelectual, a prática da leitura e suas estratégias é o primeiro passo para a educação e aprendizado da pessoa com essa condição, considerando, claro, o grau que ela possui. Em alguns casos, é mais simples, em outros, complexo.

Já na produção escrita, pode ter ou não valor representativo, depende bastante de como o indivíduo percebe os sinais gráficos. A avaliação é feita de acordo com sua evolução em relação à linguagem e à comunicação, bem como seu progresso ao longo do período de intervenção pedagógica.

Deficiências Múltiplas

O conjunto de duas ou mais deficiências necessita de um atendimento educacional especializado que, segundo o MEC, "independe do grau de severidade da deficiência ou nível de seu desempenho intelectual, mas da possibilidade de interação, acolhida, socialização, adaptação do indivíduo ao grupo e, principalmente, da modificação da escola para atendê-lo".

As técnicas e procedimentos usados consideram tanto adaptações externas quanto métodos auxiliares didáticos, com destaque para a comunicação e aprendizado das linguagens essenciais. Podem ser tanto físicas ou órteses, de equipamentos ou softwares de acessibilidade.

Transtornos Globais do Desenvolvimento

Entre os TGD mais comuns, estão o autismo – em vários níveis e graus – e a Síndrome de Rett, uma patologia severa que causa sobretudo a dificuldade de interação social. Portanto, o objetivo é que o aluno adquira autonomia e tenha independência em suas atividades diárias essenciais, além da ampliação das atividades cognitivas, raciocínio, coordenação motora, linguagem, etc.

Para isso, são necessários exercícios básicos que vão evoluindo conforme o desenvolvimento, seja com pranchas de comunicação e jogos educativos ou softwares modernos e específicos. Por meio do AEE e um estudo de caso, o professor avalia o impacto desses métodos no desenvolvimento do aluno.

Altas habilidades e superdotação

Por fim, o AEE também é indicado para pessoas com altas habilidades (AH) e superdotação (SD), aquelas que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com áreas do conhecimento, seja de modo combinado ou isolado. Nesse contexto, incluem-se diversos ramos: arte, criatividade, psicomotricidade, intelectual, de liderança e acadêmico.

A adequação escolar depende de quais tipos são mais abrangentes no aluno e como utilizar os materiais e práticas dinâmicas para seu aprendizado. Com a avaliação de cada perfil e a identificação de suas necessidades, dá para elaborar planos de estudo interessantes e que contemplem suas características, conforme revela a cartilha do MEC sobre essa condição.

17 VOCÊ SABE QUAIS SÃO OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL?

Segundo dados do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) mais de 24% da população brasileira é portadora de deficiência, ou seja, mais de 45 milhões de pessoas.

Ao analisar a história das pessoas com deficiência, podemos notar que foi marcada por muita discriminação, preconceito, rejeição e incompreensão. Com o avanço dos estudos sobre a educação especial e a igualdade foi (e está sendo) possível promover uma sociedade mais democrática e com respeito às diversidades. É exatamente isso que a educação especial inclusiva permite: igualdade e respeito às diferenças.

Contudo, apesar desse avanço, esse assunto ainda precisa ter mais destaque para que as pessoas tenham conhecimento sobre a educação especial no Brasil. Você quer entender mais sobre esse universo? Então, não deixe de ler o nosso artigo completo para compreender tudo sobre a educação especial inclusiva.

17.1 O Plano Nacional de Educação e as adaptações curriculares

A educação amplia e transforma a cultura local, promove a integração, a igualdade, a ética e a política com solidariedade. Podemos afirmar que é uma função

social transformadora, porque o processo educativo promove novos olhares e horizontes sob às diversidades.



Fonte: www.wreducacional.com.br

A educação especial precisa estar inserida na educação inclusiva e, para isso, todos os órgãos (família, escola, pais, amigos, sociedade, governo, meios de comunicação) precisam entrar em um consenso para promover a igualdade da melhor maneira possível.

A educação especial é uma modalidade da educação escolar. Contudo, ela ainda precisa ser adaptada para suprir as necessidades das escolas de espaço e de materiais das escolas regulares.

Sabemos que alguns alunos com deficiência apresentam dificuldades de aprendizagem e que as tarefas precisam ser adaptadas para que ele participe. Afinal, a escola precisa ser um órgão de inclusão. No entanto, para que o aluno tenha esse sentimento, é preciso, por parte do corpo docente, muita dedicação, disciplina, preparo e estratégias.

Cada aluno precisa de estratégias pedagógicas diferentes e de condições especiais para compreender que a escola é um ambiente de inclusão social em exercício da cidadania.

Para que possamos viver em uma sociedade democrática, precisamos construir uma cidadania inclusiva, garantindo a todos os mesmos direitos, os mesmos acessos e as mesmas oportunidades.

Diante desse cenário, não é nenhuma novidade que a educação tem o grande desafio de promover a inclusão de todas as maneiras:

- Pessoas com deficiência (física, intelectual, mental);
- Pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Alunos que apresentam altas habilidades;
- Precocidade;
- Superdotação;
- Pessoas com síndromes ou quadros psicológicos, neurológicos e psiquiátricos.

Portanto, diante desse cenário, houve a necessidade de reestruturar os sistemas de ensino para atender todas as pessoas da mesma maneira.

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina todas as diretrizes, estratégias e métricas para a educação nacional, com o objetivo de garantir a todas as pessoas uma educação de qualidade, com acessibilidade, valorização das diversidades e redução das desigualdades.

O Ministério da Educação criou, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, afirmando que as pessoas com deficiência devem participar das mesmas salas de aula que alunos que não tenham deficiência.

Esse avanço permitiu o aumento de 118% de matrículas dos estudantes com deficiência, sinalizando o rompimento com o histórico mundial de exclusão social.

17.2 Projeto Político Pedagógico (PPP)

A convenção da Organização das Nações Unidas sobre direitos de pessoas com deficiência afirma que qualquer criança pode estudar em escolas regulares.

Para que as escolas ofereçam vagas para os alunos com deficiência não é necessário solicitar licença para a Secretaria da Educação porque se entende que a educação já é um direito de todos. Além disso, qualquer escola que negar o atendimento para essas crianças comete crime punível com reclusão de um a quatro anos (Art. 8º da Lei nº 7.853/89).

Para que aconteça a educação especial no Brasil de uma maneira eficaz, é preciso rever alguns aspectos da educação inclusiva. Por exemplo, recomenda que as turmas com alunos com deficiência sejam menores para favorecer a aprendizagem. Em turmas muito grandes fica complicado de administrar o ensino igualitário.

Para que a inclusão social, de fato aconteça, é preciso que a escola tenha suporte para garantir à acessibilidade e também para dar ao professor os recursos necessários para sua atuação pedagógica.

A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva prevê o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ele é uma maneira de garantir que o aluno com deficiência tenha os mesmos direitos e as mesmas condições do que os alunos sem deficiência. Para isso, como citamos anteriormente, ele precisa de um conjunto de apoio e recursos que minimizem as suas dificuldades cotidianas.

Com relação à educação especial no Brasil, o Plano Político Pedagógico (PPP) afirma que as Diretrizes Operacionais para todos os atendimentos educacionais especializados são feitas com base na resolução nº 4/2009 (Art. 10º): “o PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo sua organização”.

Dessa maneira, é preciso a otimização de um espaço físico adequado com mobília e materiais didáticos que garantem a acessibilidade de pessoas com deficiência.

É necessário investir em recursos físicos e tecnológicos, além, é claro, de recursos humanos (guias, intérpretes, tradutores e outros). Esses profissionais ajudam as necessidades de locomoção, higiene e alimentação.

Dessa maneira, o PPP da escola precisa contemplar o atendimento às diversidades e proporcionar recursos para atender a todas as pessoas, prevendo a flexibilização de atividades com mais recursos sonoros, táteis e visuais, por exemplo, as Artes visuais na educação infantil: tudo sobre a arte para crianças.

18 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O professor tem um papel fundamental na orientação do desenvolvimento de habilidades intelectuais nos alunos e, de fato, na aprendizagem. No PPP da escola há

a orientação para a realização de atividades que promovam a participação de todos os alunos de uma maneira igualitária.

O papel do professor é orientar os alunos a desenvolverem autonomia para executar as tarefas sozinhos, fazendo com que eles se sintam capazes de realizar as atividades sem medos e anseios — essa autonomia é responsável por resolver os conflitos cognitivos no processo de aprendizagem.

O professor precisa de tempo para conhecer os seus alunos e identificar as suas necessidades, dificuldades e facilidades para planejar técnicas que forneçam a compressão de todos no processo de aprendizagem.

É nesse momento em que normalmente surgem as principais dúvidas sobre como adequar o seu planejamento de acordo com o resultado de sua análise. Isso porque, o professor precisa de instrumentos e habilidades para se sentir capacitado em fazer a diferença na vida de todos os seus alunos, sem restrições.

Para isso, ele precisa buscar novos conhecimentos, cursos online e cursos online com certificado para melhorar a sua formação. Somente assim, se sente capacitado para tornar o processo de aprendizagem inclusivo e atender todas as demandas exigidas em sua atuação.

19 O QUE É E O QUE FAZ UM PROFESSOR DE APOIO?

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma maneira para que a inclusão escolar seja eficaz. Isso porque, alguns alunos com deficiência precisam de auxílio em suas atividades, seja de locomoção, higiene ou alimentação.

Por exemplo, alguns alunos não conseguem falar e responder às questões solicitadas pelo professor. Contudo, eles podem aprender a se expressar se for permitido a acessibilidade promovida pelo AEE — serviços de apoio essenciais para o processo da inclusão.

Por lei, as salas que possuem crianças com necessidades especiais precisam ter o professor de apoio para atendê-las. Então, para que aconteça o aprendizado, o professor de apoio e o professor regente precisam estar em constante sintonia. Isso significa que precisam trabalhar juntos, porque, por mais que o professor regente saiba que precisa promover a diversidade e os conhecimentos, muitas vezes não possui os recursos e habilidades necessárias para fazer isso sozinho dentro de sua classe. Dessa maneira, o

professor de apoio auxilia sempre que necessário. CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO 2018.

Além disso, eles podem trocar muitas experiências que são enriquecedoras no processo de aprendizagem, adaptando todas as atividades para que todos os alunos possam participar com sucesso.

20 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os jogos e atividades lúdicas fazem grande diferença no processo de aprendizagem de todos os alunos, principalmente na educação especial. O lúdico é essencial para que a criança compreenda o significado das coisas com mais facilidade, sendo capaz de exercer a sua dignidade, cidadania e competências. Ele contribui com o processo de formação, porque brincar:

- Favorece a autoestima;
- Desafia os conhecimentos;
- Possibilita novas descobertas;
- Desenvolve a criatividade;
- Favorece o exercício para a resolução de problemas.

Quando uma criança brinca, ela tem a oportunidade de conversar e trocar ideias com os colegas, facilitando os relacionamentos e a comunicação. Essa interação é importante para tornar o ambiente escolar harmonioso, agradável, divertido e que proporcione um clima favorável para a inclusão social.

A integração de um aluno com deficiência depende da aceitação dos seus colegas. Por isso, as brincadeiras e atividades lúdicas permitem que ele seja aceito naquele grupo de convivência.

Dessa maneira, os professores precisam investir em cursos online e cursos online com certificado para sempre aprender novas brincadeiras, novas atividades e tendências para trazer para a sala de aula e facilitar o seu trabalho.

Existem milhares de brincadeiras e atividades lúdicas e que todas elas podem ser adaptadas para facilitar o aprendizado de qualquer teoria ou conhecimento que esteja na grade curricular. Basta ter empenho, criatividade, dedicação e amar a sua profissão para adaptá-las à realidade da sua classe.



Fonte: epocanegocios.globo.com

20.1 A psicomotricidade relacional e suas implicações na educação inclusiva

A psicomotricidade relacional é uma prática que foi criada na década de 1970 pelo educador francês André Lapierre. Essa teoria é baseada na prática educativa que tem um valor preventivo e também terapêutico, que permite aos alunos expressarem seus conflitos relacionais para superá-los por meio do brincar e de atividades lúdicas.

Dessa maneira, ela estimula ajustes positivos para os distúrbios comportamentais, cognitivos e sociais de todas as pessoas. Assim, é possível incentivar o aprendizado e despertar nas crianças o interesse em:

- Aprender;
- Superar os seus medos e anseios;
- Melhorar a produtividade;
- Prevenir dificuldades de expressão;
- Estimular a criatividade;
- Promover a aceitação;
- Conhecer novas pessoas;
- Socializar com pessoas diferentes;
- Aceitar as diferenças;

- Elevar a autoestima;
- Aceitar limites.

Uma criança com deficiência necessita se sentir incluída dentro do grande grupo, mesmo considerando as suas limitações e dificuldades. Ela precisa sentir que isso não atrapalha o seu convívio com os colegas (diferente do que acontecia quando não havia a educação especial inclusiva).

Dessa maneira, a psicomotricidade relacional é uma ferramenta para promover a inclusão, por meio de jogos simbólicos, comunicação corporal e também para facilitar a educação inclusiva dentro da sala de aula. Assim, com estratégia e dedicação, é possível fazer com que todos convivam em harmonia, não importa seus medos, limitações ou dificuldades.

A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva prevê que o aluno com deficiência possa brincar, aprender e se divertir no mesmo ambiente que alunos sem deficiência. Esse contato com o próximo permite que ele desenvolva melhor as suas habilidades e cresça.

O professor tem um papel fundamental nessa trajetória: ele quem orienta, promove as atividades e conduz os alunos para serem pessoas mais tolerantes e respeitosas.

Contudo, sabemos que ainda existem muitas dificuldades nesse caminho, por isso, investir é de extrema importância para que o professor possa aprimorar os seus conhecimentos e saber como enfrentar as suas principais dificuldades dentro de sala de aula.

21 PROFESSOR DE APOIO E O PROFESSOR REGENTE: UMA PARCERIA NECESSÁRIA

O professor regente deve acreditar na potencialidade de todos os seus alunos e criar métodos para que todos consigam aprender, independentemente de suas diferenças e especificidades. Para isto, “é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares.” (MANTOAN, 2006, p.48. apud SOUZA F. F. 2015).

Porém, muitas vezes o professor regente de sala não consegue sozinho atender a toda essa diversidade e precisa de técnicas e profissionais especializados para ajudá-lo neste desafio, pois:

Escolas de todo o mundo, impulsionadas, sobretudo pela Convenção de Salamanca, tiveram que dar conta de incluir crianças que precisavam de ajuda em classes já existentes, muitas vezes com grande número de alunos e professores, cuja formação não havia se preocupado com esses aspectos. Neste momento, a opção para muitos foi colocar um profissional especializado na sala de aula. (MOUSINHO, et. al., 2010, p. 2).

A presença desse profissional está assegurada pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, 2008, sendo que no Paraná são denominados, como dito anteriormente, professores de apoio. É importante lembrar que o professor regente, a escola e o professor de apoio trabalhem em parceria, para que suas funções fiquem bem delimitadas e que um possa auxiliar o outro quando preciso. Pois, segundo Mousinho, et. al., (2010, p. 2, apud SOUZA F. F. 2015), a parceria entre os profissionais de apoio e a escola favorece o estabelecimento de metas realistas no que se refere ao desenvolvimento, como também possibilita avaliar a criança de acordo com suas próprias conquistas. Sendo assim, o professor de apoio deve ser encarado como um profissional que assume o papel de auxiliar na inclusão do aluno com deficiência e não o papel de professor principal da criança.

Segundo Brandão e Ferreira (2013), a filosofia da inclusão apela para uma escola que tenha em atenção a criança - todo, e não só a criança - aluno, respeitando os níveis de desenvolvimento essenciais (acadêmico, sócio emocional e pessoal) de forma a lhe proporcionar uma educação apropriada, orientada para a maximização do seu potencial. Por isso, é necessário que os profissionais que atuarão no desenvolvimento e na aprendizagem do aluno com deficiência tenham um olhar aberto sobre o contexto, para poder proporcionar um ensino de qualidade.

21.1 Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento

Vygotsky propôs um olhar interacionista baseado em uma teoria sócio histórica, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento do ser humano tem início a partir de sua interação com o meio social, fazendo com que os participantes deste meio tenham um papel ativo na vida de cada sujeito. De acordo com o autor, “o caminho do

objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura complexa é produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e social” (VYGOTSKY, 1998, p. 40). Assim, a partir das constantes interações, o indivíduo se desenvolve mediado por outro indivíduo que delimita e auxilia na construção de signos e significados.

Dentre as ideias propostas pelo autor, destaca-se a de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). De acordo com o autor, “ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração de companheiros mais capazes” (VYGOTSKY, 1998, p. 112, apud SOUZA F. F. 2015). Para Vygotsky, o processo de aprendizagem deve ser mediado por um sujeito e ocorre quando determinadas habilidades e conhecimentos passam da ZDP para o nível de desenvolvimento real. No caso de pessoa com deficiência, quem irá facilitar este processo na escola são todos que fazem parte do contexto, como os colegas e os professores, em especial o professor de apoio.

Vygotsky, ao se referir às pessoas com deficiência, aborda que uma criança com deficiência deve ser avaliada e vista sob uma perspectiva qualitativa e não como uma mera variação quantitativa de uma criança sem deficiência, rejeitando abordagens que sugerem mensuração de graus e níveis de capacidade. Para o autor, há capacidade e potencialidade nas pessoas com deficiência, porém, para desenvolvê-las, é necessário que existam condições materiais e instrumentos adequados para tal.

Sendo assim, Vygotsky (1993) tece uma crítica à postura dos educadores preocupados em avaliar o que a criança com deficiência não consegue fazer, propondo que se deve considerar o que ela pode fazer sob condições pedagógicas adequadas. Por isso a necessidade de uma escola estruturada e profissionais competentes para conduzir o processo educacional das pessoas com deficiência intelectual.

Embora o professor de apoio e o professor regente sejam dois profissionais essenciais para o processo inclusivo, de aprendizado e de desenvolvimento dos alunos, é importante ressaltar que existe diferença entre estes, porque o professor regente é responsável pela formação e aprendizado de toda uma turma, já o professor

de apoio é um agente mediador do desenvolvimento e aprendizado do aluno com deficiência, é um profissional que presta atendimento educacional ao aluno que necessita de auxílio e mediação em tempo integral e irá auxiliar o professor regente e a equipe técnico- pedagógica da escola no trabalho com estes alunos (MOUSINHO. et.al., 2010, apud SOUZA F. F. 2015).

O professor regente, a escola e o professor de apoio devem trabalhar em conjunto, mantendo suas funções especificadas e para que um possa ajudar o outro quando necessário. Esta parceria do professor de apoio com os demais profissionais da escola e família é essencial para que o profissional consiga alinhar as ações realizadas, compartilhar informações, aprender e elaborar métodos específicos para cada aluno. É por isso tão essencial o tempo diferencial citado na Instrução atual (no 004/2012).

A teoria de Vygotsky contribui para essa nova percepção do aluno com deficiência, atribuindo importância ao ambiente escolar, pois este irá mediar a relação do indivíduo com o mundo, uma vez que o aprendizado ocorre mediante a inserção do indivíduo em um grupo cultural, promovendo o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Como parte importante do processo de aprendizagem e desenvolvimento da pessoa com deficiência, o professor de apoio atua como um agente de mediação das intervenções realizadas intervindo na Zona de Desenvolvimento Proximal, conceito postulado por Vygotsky (1998), estimulando a autonomia e a capacidade de desenvolver, a partir de intervenções e adaptações curriculares. Tais intervenções podem ocorrer tanto na adaptação do material pedagógico proposto pela escola quanto na mediação social entre a criança com deficiência e o ambiente em que ela se encontra. Na concepção do AEE (Atendimento Educacional Especializado), o professor de apoio poderá utilizar recursos de tal atendimento como forma de intervenção com a finalidade de facilitar e mediar o acesso ao conteúdo de sala, bem como o uso de tecnologia assistiva para o benefício da aprendizagem, proporcionando ao aluno um acesso adaptado à informação dada em aula.



Fonte: revistacrescer.globo.com

A ideia de uma sociedade inclusiva, baseada numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, vem sendo consolidada com o tempo e inserida no dia a dia da população em geral. Este processo inclusivo é algo sem volta. As modificações por este geradas seja no trabalho, nas escolas ou nas ideologias das pessoas e nos paradigmas da educação, já começaram a cobrar mudanças. A grande questão é como facilitar para que estas aconteçam.

Segundo Guenther (2003), as políticas de inclusão de alunos na rede regular de ensino não consistem somente na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, “mas representam a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades”. (Guenther, 2003, p.47, apud SOUZA F. F. 2015). Os autores pesquisados ressaltam sobre a necessidade de construir em cada profissional da comunidade escolar, um novo olhar sobre os sujeitos, rompendo com a visão de que a deficiência é o fim e passando a enxergar estes alunos pelas potencialidades de cada um. Segundo Neto, 2009, este deve ser o ponto de partida para a humanização do indivíduo, que é direito de todo e qualquer cidadão. Pois, como citado por Martinez (2007) não basta atuar em uma concepção já existente, é necessário trabalhar para mudar estas concepções, dando ênfase no contexto nos quais o

indivíduo está inserido, valorizando a singularidade e complexidade deste ambiente escolar, pois a deficiência não é algo intrínseco ao sujeito e sim uma construção social.

Apesar do professor de apoio ser citado desde 2003 na Deliberação nº 02/03 e delimitado posteriormente em mais quatro Instruções pela Superintendência da Educação do Paraná, ainda há poucos artigos científicos e textos falando diretamente sobre este profissional, o que acaba fazendo com que os outros membros da comunidade escolar desconheçam e confundam o trabalho do professor de apoio com o de demais profissionais.

Embora as questões levantadas neste estudo tenham sido contempladas, ainda há espaço para investigações futuras. Para tanto, acredita-se que o desenvolvimento de mais pesquisas sobre o tema proposto tende a contribuir para a superação das carências de literatura e possíveis soluções para tais perguntas. Sendo assim, abre-se espaço para estudos posteriores a respeito do assunto

22 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 – **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**, 2011.

BRASIL, Resolução CNE /CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 – **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, 2001.

BRASIL, Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, **Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012**, 2013.

Entenda qual é o papel do profissional de apoio na educação inclusiva. 10 de setembro de 2018. Disponível em <https://educacaoinfantil.aix.com.br>.

Equipe Centro de Estudos e Formação. 17 de agosto de 2018. **Você sabe quais são os desafios da educação especial no Brasil?** Disponível em www.centrodeestudoseformacao.com.br.

GALVÃO FILHO, T. A. **A Tecnologia Assistiva: de que se trata?** In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

MANTOAN, Maria Tereza. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006. p.48-61.

OLIVEIRA D. **AEE substitui o Acompanhamento Psicopedagógico/Neuropsicopedagógico?** 18 de junho de 2018. Disponível em psiqueasy.com.br.

RODRIGUES, L. **Atendimento Educacional Especializado: a verdade do AEE na escola**. 16 maio de 2018. Disponível em <https://institutoitard.com.br>.

VIEIRA Cintra André, **A importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. 29 de novembro de 2018.

23 BIBLIOGRAFIA

MANTOAN E. M. T. **Atendimento Educacional Especializado (aee) Políticas Públicas e Gestão nos Municípios**. Edição 1. Editora: MODERNA – DIDÁTICOS. 2011. ISBN: 8516069206.

ANDRADE S. **Por uma Prática Colaborativa no Aee**. Atendimento Educacional Especializado. Editora: Appris (1 de janeiro de 2014). ISBN-13: 978-8581924939.

GOMES L. L. A. **Atendimento Educacional Especializado do Aluno com Deficiência Intelectual**. Editora: Moderna (10 de novembro de 2015). ISBN-13: 978-8516041991.

ALVES. C. B. **Atendimento Educacional Especializado do Aluno com Surdez**. Edição: 1ª Edição. Editora Moderna. ISBN: 9788516042004.